

02

O (IN)ACEITÁVEL ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ? o reconhecimento da mãe e o diálogo com a interseccionalidade

IS THE (UN)ACCEPTABLE IN
THE EYES OF THE BEHOLDER?
recognition of the mother and
dialogue with intersectionality

Adathiane farias de Andrade

Mestra em Serviço Social (PPGSS/UFPB)

Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFPB)

E-mail: adathiane@hotmail.com





Resumo

Este ensaio realiza uma análise partindo de elementos que incidem sobre a institucionalização normalizada da família sob a matriz heterossexual e sua genealogia patriarcal que permite normalizar as posições de homem e mulher, reduzindo o corpo à sua força reprodutiva. É por meio do casamento que os papéis sexuais assumem um caráter estrutural e as mulheres se situam frente a preocupações naturalmente diferenciadas no que se refere à construção e manutenção da família. Porém, é sob o referencial burguês que adentra ao universo simbólico da modernidade a figura da esposa, dona de casa e mãe, performando o ideal moderno de feminilidade. No âmbito da maternidade ideal, as mães são vistas como instintivamente mais adequadas ao cuidado, sendo considerado um desvio de sua natureza aquelas que não se adequam aos preceitos morais naturalizados. Assim, a mãe que desvia das normas e convenções morais torna-se ininteligível aos sujeitos da heteronorma, aquela que atenta contra a ordem, sendo impensável, repudiável, foracluída.

Palavras-chave: matriz heterossexual; patriarcado, violência; mãe; interseccionalidade.

Abstract

This essay carries out an analysis based on elements that affect the normalized institutionalization of the family under the heterosexual matrix and its patriarchal genealogy allows the normalization of the positions of men and women, reducing the body to its reproductive force. It is through marriage that sexual roles take on a structural character and women face naturally different concerns regarding the construction and maintenance of the family. However, it is under the bourgeois reference that the figure of the wife, housewife and mother enters the symbolic universe of modernity, performing the modern ideal of femininity. In the context of ideal motherhood, mothers are seen as instinctively more suited to care, with those who do not conform to naturalized moral precepts being considered a deviation from their nature. Thus, the mother who deviates from moral norms and conventions becomes unintelligible to the subjects of the heteronorm, the one who violates the order, being unthinkable, repudiable, excluded.

Keywords: heterosexual matrix; patriarchy; violence; mother; intersectionality.

INTRODUÇÃO

O texto apresentado é fruto de nossas abordagens e pesquisas junto ao processo de doutoramento e se propõe a apresentar, a nível teórico, análises e reflexões sobre a indissociabilidade das intersecções de gênero, classe e raça no reconhecimento da mãe, sob o ponto de vista destes serem elementos importantes na perspectiva de desconstrução das representações essencialistas que tecem a arquitetura narrativa sobre a imagem mítica da mãe e sua construção essencializada. O artigo estrutura-se em três momentos que são trabalhados ao longo do texto em proposta de análise bibliográfica, e por fim, apresentamos as considerações finais.

Faremos uso do conceito de abjeção apresentado por Butler (2023) para pensar acerca do feminino e maternidade, e sob este recorte, a figura da mãe considerada fora do lugar estabelecido pela norma, cuja existência não se encaixa nos parâmetros normativos heterossexuais. O abjeto é reconhecido como algo intolerável, pois não exhibe uma identidade inteligível face à norma. Rodrigues e Gruman (2021) nos lembram que é necessariamente frente à exclusão do que é considerado inaceitável que se produz a fronteira que separa o sujeito legível do que é construído como abjeto.

Sob esta perspectiva, o patriarcado se coloca como elemento importante para compreender historicamente as relações hierarquizantes de opressão e desigualdade de gênero que marcam fortemente a sociedade e recaem sobremaneira junto às mulheres. Esse sistema estabelece uma rígida imposição sob uma lógica binária acerca do feminino e masculino, enfatizando a desvalorização e dominação das mulheres e do que é identificado como feminino. Associando o feminino ao frágil, subalterno, desvalorizado, subserviente; já o masculino é sinônimo de força, dominação e poder.

Cisne e Santos (2018) argumentam que o patriarcado garantiu acesso sistemático e controle regular sobre o corpo das mulheres, bem como em relação à sua subjetividade e sexualidade, fazendo uso de violências cruzadas como forma de manter o patriarcado intacto. Esta forma de organização estrutura e organiza o heterossexismo como única prática afetiva e sexual inteligível e aceitável, ampliando a reprodução do conservadorismo e a concepção de família tradicional, monogâmica ou nuclear no âmbito das relações sociais capitalistas.

Nessa conformação, o patriarcado estrutura uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada. Mas, cabe mencionar que a dominação/subordinação feminina não deve ser pensada

como universal, mas como algo que varia conforme o período histórico, o lugar e o modo pelo qual o poder opera em seus domínios interseccionais. Tendo em vista que as mulheres são diferentemente marcadas e oneradas conforme os recursos que dispõem, e que, sem dúvida, não podem ser explicadas sem levar em conta as intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade.

Diante disso, sob parâmetros modernos ocidentais, é possível considerar que família e maternidade são produtos de um mesmo contexto histórico e refletem o advento da burguesia como classe hegemônica. Este modelo, em conjunto com a heteronormatividade, incide sobre a vida de homens e mulheres, passando a definir fronteiras acerca de formas de vida aceitáveis e valorizadas (Biroli, 2018), direcionando controle sobre os corpos, formas de disciplinamento e regulação, definição de papéis sociais e normalização dos afetos.

De maneira que família e maternidade, tomando como referência a perspectiva masculina e heterossexual, podem ser idealizadas e mesmo santificadas, possibilitando a condução de situações que oneram as mulheres e as tornam mais vulneráveis. Como aponta Piscitelli (2009), esses elementos incidem a partir de processos tidos como inatos e justificados como naturais, forjando a compreensão de qualidades tipicamente femininas, como a capacidade de

conceber filhos e dar à luz, sendo a maternidade atividade essencialmente destinada às mulheres e o espaço doméstico e familiar como principal lócus de sua atuação.

De maneira que a maternidade ideal se constrói sob o manto da “boa mãe” como guardiã do modelo ideal de família heteropatriarcal, vistas como mães abnegadas que põem naturalmente as necessidades das(os) filhas(os) acima de tudo. O que nos faz pensar que, se a mãe é uma construção social, quem a constrói? A quem interessa seu efeito naturalizado? Uma mãe passa a ser mãe a partir de quais condições? Qual é a fronteira entre a boa mãe e a mãe desnaturada?

No entanto, essas vivências e experiências precisam ser pensadas como distintas e diversas, adquirindo sentido mediante o lugar que os sujeitos ocupam na sociedade e junto às relações de poder que se estabelecem de maneira global, daí nossa escolha por reflexões e análises que trilham caminhos à luz da interseccionalidade. Esta possibilita o reposicionamento de olhares e maneiras de dizer realidades que são próprias do cotidiano de lutas e resistências de grupos que são frequentemente apagados (Días-Benítez; Mattos, 2019).

Partindo dessas conexões, a relevância e atualidade do texto se justifica em considerar que as experiências e vivências das mulheres como mães se apresentam de

maneira diferenciada. Os desafios enfrentados pelas mulheres negras e de cor se colocam de maneira distinta daqueles enfrentados pelas mulheres brancas.

É PRECISO DAR O PRIMEIRO PASSO E CRUZAR A FRONTEIRA: O PONTO DE PARTIDA É O PRESENTE HISTÓRICO

Segundo Paul Preciado (2022), a liberdade é um túnel cavado com as próprias mãos, ninguém nos oferece, portanto deve ser construída, fabricada. Sobreretudo, quando o autor se refere a encontrar uma saída para escapar do que ele denomina de escravidão do regime binário heteropatriarcal e assim cruzar a fronteira, desafiando as normas e as convenções morais na árdua tarefa de encontrar um outro lugar.

Neste mundo, o homem branco patriarcal-colonial pode acessar o privilégio da universalidade, ainda que aquelas que são apadrinhadas e naturalizadas como “mulheres” possam ser reconhecidas como sujeitos políticos. Para Preciado (2022), todos nós ocupamos um lugar diverso em uma complexa teia de relações de poder, ressaltando a importância de que a fala de sujeitos subordinados sexuais e de gênero não seja confiscada pela fala da diferença sexual¹.

1 À luz da perspectiva teórica de Paul Preciado (2019), a diferença sexual refere-se a um conjunto de normas e relações de poder consideradas como indispensáveis para viver em sociedade.

A diferença sexual apontada pelo autor compreende uma forma específica de vivenciar a realidade a partir de um conjunto de instituições e também, por meio da linguagem que regula tanto os rituais de produção como os de reprodução social, marcados pela normalização e submissão aos códigos sociais e políticos de gênero e sexualidade dominantes. De modo que *“viver além da lei patriarcal colonial, fora da lei da diferença sexual, da violência sexual e de gênero é um direito que todo corpo vivo deveria ter”* (Preciado, 2022, p. 26).

Sob as lentes do regime patriarcal, o masculino e sua sexualidade são reconhecidos como soberanos, já o feminino como subordinados, dependentes e subjugados a variáveis relações de poder. Assim, a estética da diferença sexual possibilitou a sustentação política do patriarcado, o que nos permite compreender que o gênero masculino e feminino pode ser entendido como uma construção social que varia de acordo com a cultura e os períodos históricos.

Ser mulher e ser homem são elaborações sociais comprometidas que configuram uma determinada forma de conhecimento e poder, construídos e atribuídos de valor de maneira diferenciada e hierárquica, marcados e legitimados pela hegemonia do poder heterossexual, racista, classista, etarista etc. (Mongrovejo, 2020, p. 46).

Segundo Butler (2022), a subordinação das mulheres aos homens configura uma prática social mais ampla, uma vez que cria corpos generificados (mulheres femininas e homens masculinos) e só persiste como norma à medida que é atualizada e reinstituída nos rituais sociais cotidianos da vida.

Para a autora, as normas que regem as regulações de gênero ultrapassam as próprias instâncias em que estão corporificadas, devem ser concebidas em sua forma concreta e operam dentro das práticas sociais as quais regem e governam sua inteligibilidade, permitindo que certos tipos de práticas e ações se tornem reconhecíveis, bem como definindo parâmetros do que vai ou não aparecer dentro do domínio social, ou seja, *“as normas sociais que constituem nossa existência carregam desejos que não se originam em nossa personalidade individual”* (Butler, 2022, p.12).

A norma pode ser pensada como uma medida a fim de produzir um padrão comum e regular todos os fenômenos sociais, especialmente entendida como práticas de ação. Desse modo, o campo da realidade produzido por meio das normas de gênero se coloca como pano de fundo para o aparecimento superficial de gênero em suas dimensões idealizadas.

Os corpos que não se integram à matriz que estabelece o que é compreensível, representável e significável ficam relegados ao campo da ininteligibilidade e sob este domínio o estatuto de pessoa torna-se questionável. Diante disso,

os corpos produzidos pela imposição da norma regulatória de gênero carregam as marcas da violência (Butler, 2022).

Para Rodrigues e Gruman (2021), não existe identificação sem um campo de identificações possíveis. Porém, ao mesmo tempo em que o sujeito se fabrica, tornando-se aceitável a partir de certos discursos, leis e normas, um outro domínio se forma, que é o da abjeção². O objeto é produzido como um outro com o qual identificar-se é impossível, uma vez que sua existência se produz pelo movimento da rejeição e indica os limites do humano.

Logo, se o sujeito é ameaçador para a norma, é necessário repensar seus parâmetros, bem como a própria norma. Portanto, desviar da norma de gênero causa perturbações à ordem do processo regulatório que incide rapidamente em fundamentar justificações para manutenção do seu próprio zelo contínuo (Butler, 2022).

Neste campo, o estatuto de sujeito é negado e sua existência passa a compor o lado ininteligível da fronteira, precisamente este que separa o inteligível do ininteligível. Nesse sentido, *“pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir*

2 Para as autoras Rodrigues e Gruman (2021), na dialética sujeição-abjeto – o abjeto é necessariamente contingente e não apresenta uma estrutura ontológica, essência determinada ou características que o definem de forma transcendental e imutável. Existindo apenas em sua relação com o sujeito e com os parâmetros de subjetivação aceitos, aos quais tanto sujeitos quanto abjetos estão submetidos.

seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (Butler, 2023, p. 42).

Por conseguinte, “*o abjeto pode surgir do interior de um sistema [...], mas seu caráter intolerável faz com que seja ameaçador, precise ser expulso e seja mobilizado a fim de estabelecer a distinção entre dentro/fora da norma*” (Rodrigues; Gruman, 2021, p. 70), e visto como algo que reconheço o suficiente para rejeitar massivamente. De maneira que cada sociedade, por meio de seus ritos, institui processos de exclusão, sendo esta contributiva para a conformação de uma nova ordem social e seus limites, delimitações e fronteiras junto à sociedade que, de maneira contingente, separa o aceitável do inaceitável.

Nestes termos, como pensar o papel social da mãe fora do campo social inteligível da norma e para além do binarismo naturalizado e do que seja seu tipo ideal perpetuado pela família patriarcal, bem como, quem é a mãe aceitável e legitimada socialmente para os desejos e parâmetros da norma.

Entendemos que essa conformação insiste no discurso restrito sobre gênero e seu binarismo homem e mulher como forma de compreender o gênero, sem perder de vista a ideia de que existe uma relação entre abjeção e norma moral que são tornadas imutáveis, universais, indiscutíveis e incontestáveis.

Para Preciado (2022), a institucionalização normalizada da família sob a matriz heterossexual, seu binarismo

sexual e sua genealogia patriarcal da linguagem permite normalizar as posições de homem e mulher, reduzindo o corpo à sua força reprodutiva heterossexual.

Sob este aspecto, a mãe que desvia da norma é vista como ininteligível, construída a partir de uma identificação impossível para os sujeitos da heteronorma. Wittig (2022) argumenta que o pensamento heterossexual desenvolve uma visão totalizante da história (cultura, linguagem, realidade social e subjetividades) e universalizante na produção de conceitos e na busca de tornar esses mesmos conceitos leis gerais assimiladas como verdadeiras para toda sociedade³.

Assim, a mãe fora da norma heterossexual e sob as lentes da abjeção é aquela que não respeita os limites, os lugares, as regras, sendo aquela que ameaça borrar as margens, ultrapassar a fronteira e, como tal, uma figura ambígua e perigosa - a mãe desnaturada à luz da matriz heteronormativa (Kristeva *apud* Rodrigues; Gruman, 2021). É aquela que atenta contra a ordem e por isso repudiável, impensável, forçada. O que nos faz pensar acerca das seguintes indagações: Se a mãe é uma construção social, então quem a constrói? A quem interessa seu efeito naturalizado?

3 Segundo Wittig (2022, p.62), “a consequência dessa tendência à universalização é que o pensamento hétero não consegue conceber uma cultura, uma sociedade em que a heterossexualidade não ordene não só todas as relações humanas, mas também sua própria produção de conceitos [...]”.

Uma mãe passa a ser mãe a partir de quais condições? Qual é a fronteira entre a boa mãe e a mãe desnaturada?

No próximo tópico, iremos discorrer sobre como o aporte patriarcal e heterossexual junto às relações de poder atuam, operam e perfazem sob parâmetros regulatórios de normalização que incidem na fabricação e produção da imagem da mãe, reforçando e condicionando a um ideal de como estas devem ser, sobretudo, como são desenhados os processos dinâmicos entre violência e gênero.

A DINÂMICA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MÃE

Silvia Federici, situando-nos em um percurso sócio-histórico que se inicia durante a Idade Média, a partir dos séculos XVI e XVII, nos permite compreender que ocorreu um intenso processo de perseguição às mulheres nos âmbitos econômico, social, político e legal. A partir de sua obra “Calibã e a Bruxa” (2004), a autora demonstra que, mesmo quando aos homens foi possível alcançar certo grau de liberdade, ainda assim as mulheres eram tratadas como seres socialmente inferiores e exploradas de modo similar às formas de escravidão.

É no contexto das transformações que acompanharam o surgimento do capitalismo que ganha visibilidade o fenômeno

de “caça às bruxas”. Este período tornou-se fundamental para a formulação de uma nova ordem patriarcal ainda mais opressora, sendo elemento estrutural e estruturante da sociabilidade burguesa. Esse movimento de degradação social das mulheres buscava a eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino, as quais deveriam tornar-se aos olhos da população algo abominável.

A caça às bruxas instituiu um regime de terror contra todas as mulheres, do qual emergiu um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram de se conformar para serem socialmente aceitas durante o desenvolvimento da sociedade capitalista: a feminilidade assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividades que foram completamente depreciadas no capitalismo (Federici, 2019, p.70-71).

Nos julgamentos que ocorriam na Europa, 80% das execuções foram expedidas junto às mulheres, condenando-as pelos crimes de bruxaria. De acordo com a visão moralizante da época, as mulheres tinham mais tendências à bruxaria devido à sua “luxúria insaciável” e, como tais, eram providas de debilidades morais que originavam a perversão e, por isso, eram temidas como seres diabólicos. A acusação de perversão sexual era tema central nos

julgamentos, tal comportamento libertino também se associava à prática de infanticídio.

Segundo Federici (2004), para consolidar-se, o capitalismo requisitava construir um novo indivíduo, forjado sob uma nova disciplina, capaz de impulsionar sua capacidade produtiva ao trabalho. De modo que a elite capitalista avançava em seu projeto de reforma social e instituição de formas de controle e disciplinas mais rígidas direcionadas ao trabalho.

A partir desses aspectos, essa transição exigia um ataque feroz às mulheres e, sobretudo, a exigência da destruição do controle que estas haviam conquistado e exerciam sobre sua função reprodutiva⁴. A sexualidade feminina era entendida como uma ameaça social, portanto o capitalismo buscou sob parâmetros de comportamento aceitáveis para fabricar nas mulheres uma “*sexualidade dócil, domesticada*,

4 Devido à sua singular relação com o processo de reprodução, as mulheres, em muitas sociedades pré-capitalistas, foram reconhecidas por uma compreensão particular dos segredos da natureza, que as capacitava, supostamente, a proporcionar a vida e a morte e a descobrir as propriedades ocultas das coisas. Praticar magia (na condição de curandeiras, médicas tradicionais, herboristas, parteiras, criadoras de porções do amor) também foi, para muitas mulheres, uma fonte de emprego e, indubitavelmente, uma fonte de poder, embora as expusesse à vingança quando os remédios falhavam (Federici, 2019, p. 65).

instrumental para a reprodução da força de trabalho” (Federici, 2019, p.68), e que fosse útil na pacificação da mão de obra⁵.

Por outro lado, ocultando o trabalho das mulheres do modo de produção e direcionando-o ao trabalho de reprodução não assalariado sob o disfarce de um destino biológico e mistificado como algo natural, disciplinando e apropriando-se destes corpos sem economizar o uso da violência. A partir desses elementos, estabeleceram-se hierarquias sexuais enquanto projeto de dominação que se sustenta por meio da divisão, onde o corpo das mulheres era apropriado pelo Estado e pelos homens, sendo o principal terreno em que se consolidava a exploração, mas também, e nunca esqueçamos, deve ser lido como território da resistência.

De maneira que o capitalismo provocou mudanças no processo de reprodução social, especificamente, junto à reprodução da força de trabalho e introduziu formas de reorganização da vida familiar, do trabalho doméstico, criação dos filhos, sexualidade e na relação entre homens e mulheres.

Com o processo de mercantilização da vida e o desaparecimento da economia de subsistência, ocorreu uma dissolução da unidade entre produção e reprodução. De

5 No capitalismo, o sexo só pode existir como força reprodutiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado/masculino e como meio de pacificação e compensação social pela miséria da existência cotidiana (Federici, 2019, p. 68).

modo que somente a produção para o mercado de trabalho era entendida como atividade criadora de valor e reconhecida como importante e sob este ponto de vista, a reprodução passou a ser nomeada como algo sem valor e desconsiderada como atividade laborativa.

A reprodução então ganha visibilidade como uma vocação natural e destinada às mulheres que passam a ser excluídas de inúmeras ocupações assalariadas (Federici, 2004). Essas mudanças tornam-se ainda mais evidentes durante o século XIX, onde ocorre uma reconfiguração acerca da posição das mulheres na sociedade e na relação com os homens. Fazendo emergir a divisão sexual e racial do trabalho, sujeitando as mulheres ao trabalho reprodutivo e, conseqüentemente, à dependência econômica em relação aos homens.

Nestes termos, são estabelecidas as fronteiras entre a vida doméstica e familiar e a vida pública, bem como os sentidos e implicações acerca do casamento, reprodução e sexualidade que se apresentam distintos entre homens e mulheres. Segundo Biroli (2014), é válido lembrar que a configuração doméstica e familiar se origina historicamente a partir de dinâmicas políticas e sociais complexas que são naturalizadas, normalizadas e variam em contextos de diferentes sociedades.

Para Mariza Corrêa (1983), os papéis sexuais assumem um caráter estrutural, ganhando forma a partir da constituição da família por meio do casamento. É neste campo que as mulheres se situam frente a preocupações naturalmente diferenciadas no que se refere à construção e manutenção da família.

Ao passo que a manufatura sai do âmbito doméstico e instala-se na fábrica, consequentemente o status social das mulheres logo é associado à reprodução, onde “toma forma um ideal de feminilidade como domesticidade” (Biroli, 2014). Logrando êxito junto ao universo simbólico da modernidade, aparece a figura da esposa, dona de casa e mãe.

A referência é a família burguesa, cujo terreno demarca a definição rígida do papel da mulher, atribuições distintas entre homens e mulheres, valorização da vida privada familiar e do cuidado com as crianças. O espaço doméstico era tido como local por excelência destinado ao exercício familiar do cuidado, situado exclusivamente na figura das mulheres. De forma que a maternidade deve ser compreendida como um dos componentes centrais para a fabricação do ideal moderno de feminilidade.

A religião, independente do credo religioso, também se constituiu num forte pilar para a cristalização dessa moralidade sexual burguesa, limitando a sexualidade feminina ao casamento e à procriação, disseminando uma

obediência incondicional das mulheres como esposas aos seus maridos. Vale destacar o líder religioso Martinho Lutero, que declarava que as mulheres deveriam dar à luz até morrer, pois haviam sido criadas para esta função, sendo sua vocação máxima e naturalmente expressava a vontade de Deus (Federici, 2019).

Badinter (2011) em sua obra “O Conflito: a Mulher e a Mãe” sinaliza que cada sociedade e cultura pode apresentar um modelo ideal de maternidade e torná-lo predominante, podendo variar conforme épocas distintas, contudo, sendo conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam. Esta perspectiva relaciona-se à noção de maternidade a partir de uma íntima ligação com a natureza essencializada que incide na produção de um ideal de mãe e sua inescapabilidade às normas e convenções morais de gênero. Nela, a maternidade ideal torna-se um valor supremo e evidenciado na figura da “boa mãe”.

No âmbito da maternidade ideal, as mulheres são vistas como instintivamente mais adequadas ao trabalho do cuidado, mães abnegadas que põem naturalmente as necessidades dos filhos acima de tudo. Para Badinter (1985, 2011), a tirania dos deveres maternos não é nova, mas sim, acentua a vitalidade e força do naturalismo, sendo julgadas por preceitos morais fortemente instituídos aquelas que não se adequam a esse ideal que representa um desvio de sua natureza.

Rita Segato (2021) nos chama atenção acerca das maternidades e afirma que aqui no Brasil ocorreram práticas de longa duração histórica que incidem sobre o período da colônia até a segunda metade do século XIX, mediante o uso dos serviços das chamadas “amas de leite”. Necessário destacar que cabia às escravas negras a realização deste serviço, possibilitando assim a construção da figura da mãe preta. Tal serviço, porém, foi extinguindo-se gradativamente até o que se denomina hoje de amas-secas ou babás.

Para a autora, esse deslocamento resulta de pressões exercidas a partir do movimento higienista e da imprensa da época junto à sociedade, pois, sob seus olhares, as amas de leite tornaram-se figuras possivelmente transmissoras de graves enfermidades, sendo necessário “*preservar as famílias brancas da contaminação e da corrupção moral que a presença de pessoas negras, na intimidade da casa senhorial, introduzia*” (Segato, 2021, p. 217).

Segundo Gonzalez (2020), é interessante compreender que a função materna não era desempenhada pela branca, chamada de esposa legítima, mas realizada pela negra e, por isso, a “mãe preta” é a mãe, pois era quem amamentava, dava banho, ensinava a falar e a que punha para dormir, era sobretudo, aquela que conduzia e repassava valores e contava histórias.

A desqualificação e retórica do ódio em relação a mulheres negras como amas advém sobretudo de homens que haviam sido embalados em sua infância junto ao seio dessas mulheres. Em seu oposto havia uma aclamação dirigida à mãe-senhora, cujo seio materno era branco e limpo, e deste embate decorre a célebre frase que fixou nas mentes e corações através da boca dos higienistas: “mãe só tem uma”. Contudo, devido à dificuldade de conseguir providências por parte do Estado acerca dos cuidados das crianças, famílias ricas ou de recursos escassos para requisitar os serviços das amas não quiseram abrir mão de tal privilégio.

Para a autora, é possível considerar na prática da maternidade transferida no cenário brasileiro elementos de “continuidades históricas” frente ao contexto atual, que decorrem do desmonte e desfinanciamento do setor de políticas sociais públicas, graças à continuidade do trabalho invisível, desvalorizado e de baixo investimento realizado pelas mulheres.

A mãe substituta, escrava ou contratada, ainda quando se invista afetivamente no vínculo contraído com a criança, permanecerá dividida, “fendida”, [...] pela consciência de um passado - de escravidão ou pobreza - que não lhe deixou escolha. Por mais amor que sinta, sempre saberá que não chegou ao vínculo como consequência de suas próprias ações e, sim, coagida pela busca de sobrevivência (Segato, 2021, p.235).

Segundo Biroli (2014), é necessário considerar que o ideal de família e maternidade, materializado, consentiu inúmeras restrições às mulheres, no entanto, seu alcance não expressa as formas de privação e a posição, seja no espaço doméstico, seja de trabalho, de todas as mulheres, uma vez que suas formas e efeitos foram distintas para as mulheres negras e mesmo, marcada por uma série de aspectos referentes às relações de poder e de gênero.

Para a autora, *“o racismo, com seus mecanismos de exclusão, marginalização e distinção, assim como o capitalismo, com as relações de produção e as formas de exploração que o caracterizam, são as realidades de que se compõe a família”* (BIROLI, 20214, p.15). Assim, enquanto ganhava visibilidade o ideal de feminilidade sob os parâmetros da domesticidade, que enfatizava a privatização da família e valorização do amor materno, as mulheres negras e escravizadas vivenciavam experiências distintas e que nunca as distanciavam do trabalho exercido em grande parte nas lavouras agrícolas.

Desconsideradas sua humanidade, jamais foram reconhecidas como frágeis ou donas de casa, pois mesmo grávidas eram submetidas a trabalhos pesados e sujeitas às chicotadas caso deixassem de cumprir a cota diária ou apresentassem comportamento considerado “insolente”. Também estavam vulneráveis a todas as formas de coerção sexual e, com o processo de escravidão em vigor, lhes era

negada a maternidade mediante separação entre mães e seus filhos, que podiam ser vendidos ou enviados para longe.

Os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes fosse biologicamente possível. Mas, não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas [...]. Em outras fazendas, as mulheres deixavam seus bebês aos cuidados das crianças pequenas ou de escravas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. Impossibilitadas de amamentar ao longo do dia, elas suportavam a dor causada pelo inchaço das mamas (Davis, 2016, p.21).

De acordo com Davis (2016, p. 19), a “*exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas [...] aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães*”, mas classificadas como “*reprodutoras*” e servindo como instrumento que assegurava a ampliação da força de trabalho escrava⁶.

6 A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis às mulheres, elas eram reduzidas à condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19).

As escravas vindas da África que chegaram ao Brasil para os engenhos eram classificadas em duas denominações. As chamadas escravas de eito que eram destinadas aos trabalhos nas plantações de cana de açúcar e a mucama que vivia na casa-grande e era utilizada para assegurar o lazer e bem-estar do sinhô e da sinhá. A mucama restava-lhe o trabalho doméstico e o cuidado das crianças brancas desde o seu nascimento (a famosa mãe preta); também era utilizada como objeto de violência sexual por seu senhor (Gonzalez, 2020).

Pensando as vivências e experiências como algo distinto e que ganha sentido mediante o lugar que os sujeitos ocupam na sociedade e junto às relações de poder que se estabelecem de maneira global. O próximo tópico de análise reflete sobre a indissociabilidade das intersecções de gênero, classe e raça no reconhecimento da mãe na perspectiva de desconstrução das representações essencialistas.

A INDISSOCIABILIDADE DAS INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO RECONHECIMENTO DA MÃE

A ascensão do capitalismo promoveu uma cisão entre a economia doméstica e a economia pública, instituindo um status de inferioridade ainda mais perverso às mulheres. Para Davis (2016), a propagação da ideologia da feminilidade

e sua popularização, enquanto um subproduto da industrialização, provocou um afastamento das mulheres do trabalho produtivo, predominantemente mulheres brancas, heterossexuais e socioeconomicamente privilegiadas.

A figura da “mulher”, sinônimo de “mãe” e dona de casa, não se fazia presente enquanto um vocabulário de uso junto às mulheres negras e racializadas, haja vista que *“os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais e hierárquicos incorporados pela nova ideologia”* (Davis, 2016, p. 25).

Avata Brah (2006) argumenta que a noção de “mulher” não se trata de uma categoria unitária, mas apresenta especificidades que são construídas dentro e através de configurações específicas de relações de gênero. E desse modo assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades”, sob estas lentes os fenômenos que afetam as mulheres não devem ser analisados de maneira apartada do contexto de desigualdade, seja em âmbito nacional ou internacional, sobretudo, pela heterogeneidade da nossa condição social e por isto, pode representar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos

econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (Brah, 2006, p.341).

Para Harris, Gomes e Conceição (2020), a noção de que existe uma “experiência das mulheres” como algo monolítico e distanciado de outras facetas como raça, classe, orientação sexual, religião, território, nacionalidade representa o que as autoras denominam como “essencialismo de gênero”. Significa dizer que gênero, classe e raça não devem ser analisados de forma separada, mas como categorias articuladas e que precisam ser entendidas por meio de sua mútua relação e constituição.

Essa análise atenta ao contexto, às histórias e elementos conjunturais, se distancia de uma percepção essencializada das identidades ou mesmo, entendida como uma somatória de ordens hierarquizadas de dominação. Portanto, essas categorias analíticas não devem “*ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela*”. (Brah, 2006, p. 351)

É desta perspectiva que se pauta a necessidade de pensar interseccionalmente as relações de gênero, a partir de uma análise comprometida e atenta às diferentes experiências de opressão e privilégio em sua especificidade e complexidade, sobretudo questionando a universalidade do “ser mulher” e sua dimensão singular.

Este referencial universalizado inviabiliza reflexões e questionamentos junto às mulheres que não se enquadram nesse modelo, além de apagar a diversidade racial, regional, de classe e cultural, colocando no centro as mulheres brancas e de classes privilegiadas como medida e sendo a voz que fala por todas (Díaz-Benitez; Matos, 2019).

Reflexões à luz da interseccionalidade da visibilidade à construção de olhares periféricos e não essencialistas, possibilitando o direito à enunciação, além de uma escrita que foge de padrões e normalizações, reposicionando olhares e maneiras de dizer realidades que são próprias do cotidiano de lutas e resistências de grupos que são frequentemente apagados. Partindo dessas conexões, podemos considerar que as experiências das mulheres como mães se apresentam de maneira diferenciada. Os desafios enfrentados pelas mulheres negras e racializadas se colocam de maneira distinta das que são postas às mulheres brancas.

As autoras Díaz-Benites e Matos (2019) descrevem, a partir de uma pesquisa realizada na periferia do Rio de

Janeiro⁷, o depoimento de uma mulher negra e pobre que relata sobre as dificuldades que enfrenta em meio à pobreza e constrangimentos de gênero e que, apesar das dificuldades a que mulheres estão sujeitas, como mães, elas preferem ter filhas, pois estas teriam mais chances de sobreviver à necropolítica do Estado que atinge com maior potência seus filhos homens, mais impactados pela força policial e mais suscetíveis às gramáticas das guerras do tráfico.

Com relação ao Brasil, é possível perceber que este exibe uma fronteira de caráter racial no que se refere ao trabalho formal e informal. Sendo as mulheres negras o segmento populacional com maior inserção junto ao trabalho informal, conseqüentemente a faixa com menor renda média. São elas, as que apresentam *“menores chances de contratar serviços privados para compensar as demandas da vida doméstica, o que torna suas jornadas de trabalho não apenas menos protegidas e menos remuneradas, mas também mais longas”* (Biroli, 2018, p.72).

Carolina Maria de Jesus, em sua obra “Quarto de despejo-diário de uma favelada” (2014), apresentou os desafios que constituíam seu cotidiano na favela Canindé, na região de São Paulo. Mulher negra, trabalhadora e mãe que catava

7 Pesquisa intitulada “Heterossexualidade, contracepção e aborto”, coordenada pela antropóloga Maria Luiza Heilborn e realizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) do Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ.

papel e só conseguiu chegar ao segundo ano do ensino fundamental. Carolina morava em um barraco e, para sobreviver, vendia tudo que encontrava no lixo, lavava roupas para fora e catava papel, mas a rotina de trabalho também se somava aos cuidados com seus filhos.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso (Jesus, 2014, p.11).

Segundo Gonzalez (2020), o desenvolvimento e modernização do mercado brasileiro ao capitalismo apontam elementos significativos acerca da situação das mulheres negras como força de trabalho. No âmbito da indústria, basicamente não encontram oportunidades, sobretudo, pelo processo de seleção racial, e neste as operárias brancas e “morenas” sempre dispõem de maiores chances no setor.

Já o setor de serviços (escritórios, bancos etc.) exhibe a exigência de certo nível de escolaridade que as mulheres negras por vezes não possuem, assim como a discriminação é reafirmada quando a vaga exige que a pretendente ao cargo tenha “boa aparência”, que atua como código e exhibe uma gramática valorativa onde expressa que não há lugar

para mulheres negras. Mesmo em condições atuais, onde uma minoria consegue alcançar certo nível de escolaridade e qualificação, correm o risco de serem preteridas.

De maneira que as poucas possibilidades e alternativas fazem com que essas mulheres se voltem para a prestação de serviços domésticos, sujeitas a situações de exploração, sujeição e dependência das famílias de classe média e alta brancas. Sem perder de vista que é o trabalho realizado pelas mulheres negras e racializadas que permitiu a possibilidade de emancipação econômica e cultural das mulheres brancas (Gonzalez, 2020).

Num certo dia corriqueiro de 2023, nossos caminhos se cruzaram com o de uma mulher trabalhadora, pobre, chefe de família, que nos relatou que trabalhava prestando serviços domésticos na casa de uma família branca de classe média junto à capital paraibana. A conversa logo nos despertou para um olhar e escuta atenta, e a mulher prosseguiu dizendo que lhe era exigido que dormisse no local para que estivesse sempre disponível. De maneira que prestava os serviços naquela residência todos os dias da semana, incluindo finais de semana, com folga a cada quinze dias. Constatou-se que se tratava de um trabalho informal, destituído de direitos, que lhe rendia o montante abaixo do salário mínimo. O que os patrões justificavam ser

o suficiente, haja vista que ela era beneficiária de programas de transferência de renda governamental.

Em seu relato, uma situação específica lhe causou profunda mágoa, pois, como mãe, eventualmente a mulher recebia visitas de seu único filho, ocasião em que o “sinhô” e a “sinhá” estavam viajando. Numa dessas visitas, os patrões chegaram de viagem e a patroa lhe fez um pedido, dizendo-lhe que, ao retornar de uma próxima viagem, não gostaria de encontrar o filho da empregada em sua residência. Embora tal situação tenha cortado a carne dela, ela afirmou que não poderia fazer a escolha de sair do trabalho naquele momento, pois necessitava muito da renda.

O que nos leva à reflexão interseccional do quanto essas mulheres têm suas vidas atravessadas por contínua violência colonial e, sobretudo, os limites do reconhecimento como pessoas e tão humanas quanto qualquer um; e que estas acabam consumindo seus corpos para a reprodução de famílias brancas. O que nos remete inevitavelmente à tragédia vivida por Mirtes Renata em 2020 com a morte de seu pequenino Miguel, à época com cinco anos, *“que despencou do alto de um edifício de luxo em Recife, enquanto, em plena pandemia, sua mãe passeava com o cachorro da patroa [...] que estava ocupada fazendo as unhas”* (Lopes, 2020, p.94).

A ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres foi vista pelas feministas negras e provenientes das classes trabalhadoras como uma idealização fincada na experiência das mulheres brancas, com acesso a carreiras profissionais capazes de oferecer um grau relativamente elevado de autonomia e remuneração (Biroli, 2018, p.38).

Para a autora, é necessário compreender a vulnerabilidade como condição relacionada a determinadas mulheres, em especial, negras, pobres, imigrantes, refugiadas, e que a produção de gênero nas relações de trabalho é indissociável das intersecções de gênero, classe e raça, pois, para *“as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, significa a continuidade da exploração de classe”* (Biroli, 2018, p.38).

Assim como a ideia atribuída a essas mulheres de que são elas causadoras da desintegração de suas famílias e vistas como incapazes de desempenharem corretamente seus papéis como mães, pois, o suposto “abandono” e “desorganização” dessas mulheres junto a seus filhos e o pouco tempo ofertado junto a suas famílias resulta de forma contingente, a elementos que relacionam-se à extrema desigualdade (Díaz-Benites; Matos, 2019).

Assim, as experiências e vivências diversas das mulheres apontam a urgência de pensar seu papel social como mãe no âmbito das relações familiares, sobretudo, a partir das

suas formas reconhecidas e valorizadas sob os parâmetros do ideal de família heteropatriarcal-monogâmica que ganha forma com o advento da burguesia como classe hegemônica.

Perspectiva que vem sendo reforçada e atualizada com o recrudescimento do neoconservadorismo, enfatizando a bandeira de defesa da família e de uma ordem sexual embasada por valores cristãos e concepções morais unitárias, conformando subjetividades que são construídas em sentido oposto ao da igualdade na diversidade (Biroli, 2020). De maneira que o modelo de “família” desejado e defendido pelo neoconservadorismo reflete as tradições morais cristãs, e neste campo, homens e mulheres exibem papéis bem definidos. O homem atua como provedor e as mulheres como guardiãs da família.

Para Butler (2023, p.22),

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos da relação de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como torna equivocada a noção singular de identidade.

Por conseguinte, é posta em xeque a representação do uso da categoria mãe no singular, sobretudo, por sua tentativa em ser a voz que fala por todas as “mães”, mas

ao contrário reforça a ideia essencializada e universal construída como tipo ideal, uma vez que homogeneíza as experiências e apaga as diferenças. Se alguém é mãe, certamente isso não é tudo o que esse alguém é.

O que nos interessa aqui é refletir e mesmo reivindicar que essas “mães” sejam também reconhecidas como mulheres, trabalhadoras, negras e/ou racializadas, chefes de família e vistas para além da figura essencializada e naturalizada. Pois, a ideia de essência é ela mesma uma violência a outras formas de ser que não estariam contempladas em uma forma ideal/universal de ser e consideradas válidas e inteligíveis.

E, como bem nos lembra Gayle Rubin (2017), é fundamental sonhar com a eliminação das sexualidades compulsórias e dos papéis sexuais que insistem em reduzir o corpo à sua força reprodutiva heterossexual. Uma vez que o que mais lhe cativa é o sonho de uma sociedade na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é ou para o que ela faz. E que a luta se lance na busca pelo reconhecimento social e político de qualquer corpo vivo sem atribuição racial, sexual ou de gênero, no pleno gozo de seus direitos e livre de todas as formas de subordinação e opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das chaves de inteligibilidade apresentadas, o texto buscou refletir sobre como são construídos e operam os processos de objetivação e subjetivação na construção de papéis sociais e imagens tidas como naturais, legítimas e aceitáveis. Tratamos daquela que é regulada pelo regime binário que repete e reitera constantemente as normas de gênero sob a ótica heterossexual concebida como natural, assim os corpos que não materializam a norma ficam relegados ao campo da ininteligibilidade.

Fazendo emergir a figura do abjeto e seu caráter inaceitável, faz com que se torne ameaçador ao processo regulatório, tendo em vista que a normativa heterossexual estimula e valida certas identificações, ao mesmo tempo em que exclui outras. A partir desses aspectos, a mãe fora do lugar, como forma de pensar o gênero, é aquela que desvia da norma, consequentemente das convenções morais, passando a habitar o domínio dos corpos abjetos, considerada como humanamente impensável, a mãe desnaturada, o monstro.

Consideramos em nossa análise que as experiências das mulheres como mães apresentam elementos distintos quando refletimos a partir de suas vivências, pois os desafios enfrentados pelas mulheres negras e racializadas distinguem-se dos desafios apresentados às mulheres brancas, razão pela qual assumimos a perspectiva de análise interseccional. Sob esta lente de análise, esses elementos

não devem ser analisados de maneira isolada, mas sim na convergência e mútua constituição entre gênero, classe e raça, que são moldadas pelas relações de poder.

A interseccionalidade reconhece a heterogeneidade das experiências vividas, que podem se assemelhar em algumas dimensões, mas em outras não. Bem como valoriza a riqueza das múltiplas identidades socialmente construídas e que torna cada indivíduo único. Possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das desigualdades e olhar atento ao lugar que se ocupa dentro dela (Collins; Bilge, 2017).

Esta perspectiva se distancia de uma postura de neutralidade e imparcialidade sobre os fenômenos, questionando lógicas universalizantes (Días-Benítez; Mattos, 2019). Fatores importantes que conduzem à crítica acerca de hierarquias sociais existentes que constroem e consolidam regimes de poder, opressão masculina e heterossexista sob a aparência de algo natural (Butler, 2023).

De maneira que pensar acerca do lugar que os sujeitos ocupam nas relações sociais, as hierarquias existentes e as desigualdades tornam-se essenciais para o empoderamento pessoal e coletivo, o que evidencia a interseccionalidade como uma estratégia de intervenção valiosa para o trabalho de justiça social. Sobreretudo, para o enfrentamento e desconstrução de representações essencialistas que são construídas e cristalizadas em vários discursos. Ainda temos um longo caminho pela frente!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, Elizabeth. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elizabeth. *O Conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BIROLI, Flávia. *Família: Novos Conceitos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONI, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAH, AVTAR. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu* nº.26, janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- CORRÊA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas e papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal (1983).
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Díaz-Benitez, Maria Elvira; Mattos, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: Siqueira. *Metodologias e relações internacionais: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: PUC- RIO, 2019.

- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.
- FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da idade Média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- Harris, A. P., Gomes, C. M., & Conceição, I. A. (2020). Raça e Essencialismo na teoria feminista do direito. *Revista Brasileira de Políticas Públicas. Gênero, raça e Direito – Articulações empíricas e empíricas e epistemológicas*, 10(2).
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- LOPES, Juliana Araújo. Quem pariu Améfrica? trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês. *Revista Brasileira de Políticas Públicas. Gênero, raça e Direito Articulações empíricas e empíricas e epistemológicas*, 10(2). 2020.
- MOGROVEJO, Norma. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009.
- PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário*

Antropológico, v.46 n.3, 2021. Disponível:< <http://journals.openedition.org/aa/8933>>. Acesso: 15 jun. 2024.

RUBI, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In: *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

WITTIG, Monique. *O Pensamento hétero e outros ensaios*. Tradução: Maíra Mendes Galvão. 1ed. Minas Gerais: Autêntica, 2022.